

II CINAB, VII SIALA e IV CNAB: Direitos Humanos e Políticas Públicas GT 2
em Educação e Relações Ético-raciais Africanidades e Brasilidades

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO ESPÍRITO SANTO: AVANÇOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Aldione Santos Gonçalves¹

Gustavo Henrique Araújo Forde²

RESUMO: Este trabalho visa tecer reflexões acerca da questão quilombola no Espírito Santo, em particular, àqueles referentes a educação escolar quilombola. As questões de estudo são: onde estão e quantos são os territórios quilombolas no Espírito Santo? Quais os principais avanços e desafios no âmbito da educação escolar quilombola? O desenvolvimento do estudo em andamento, está alicerçado em revisão de literatura.

PALAVRAS CHAVES: Educação escolar quilombola. Quilombos no Espírito Santo. Territórios quilombolas.

ABSTRACT: This work aims to provide reflections on the quilombola question in Espírito Santo, in particular, those related to quilombola school education. The study questions are: where are and how many are the quilombola territories in Espírito Santo? What are the main advances and challenges in quilombola school education? The development of the ongoing study is based on literature review.

KEYWORDS: Quilombola schooleducation. Quilombos in Espírito Santo. Quilombola territories.

¹Graduanda em Artes Visuais, UFES.

² Doutor em Educação. Professor do Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: gustavoforde@yahoo.com.br.

Segundo Munanga e Gomes (2004), a palavra quilombo é originária da língua banto umbundo falada pelo povo Ovimbundo, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central e, mais especificamente, na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo umbundo, constitui-se em um agrupamento militar composto dos jagas ou imbangalas (de Angola) e dos lundas (do Zaire) no século XVII. Os autores expõem que há algumas semelhanças entre o quilombo africano e o brasileiro. No Brasil, os quilombos e o processo de aquilombamento existiram onde houve escravidão dos africanos e de seus descendentes.

Os quilombos contemporâneos, conforme Moura (2017), são comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, em terras doadas, comprada ou ocupada secularmente. Os quilombos são grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. - decreto nº 4.887 de 20/11/2003.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais, juntamente com a Convenção 169 da OIT constitui documento importante e orientador das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Em concordância com o art. 3º dessa política, estas Diretrizes consideram – Povos e Comunidades Tradicionais - grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Nesses processos organizativos, de acordo com Oliveira (2011), tem surgido diversos agrupamentos que vem retomando e transmitindo memórias, saberes, e referências culturais, para demarcar modelos de vida comunitária em seus territórios. A memória tem grandes relevâncias para as comunidades quilombolas negras rurais, sua

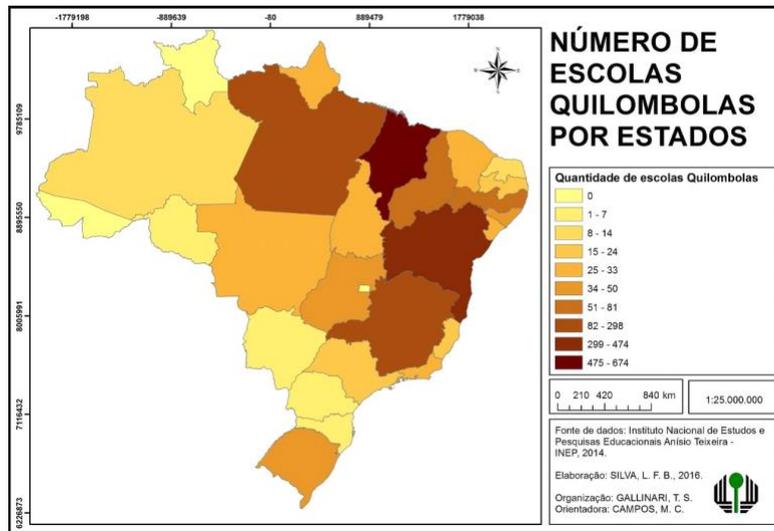
preservação de seus valores foi herdada dos antepassados através da tradição da oralidade.

Nessa perspectiva, as reflexões estabelecidas neste artigo estão ancoradas nas pesquisas de Oliveira (2011), Silva (2006) e Nascimento (2009), com os quais, estabelecemos - até o momento - o diálogo com a revisão de literatura objetivando problematizar aspectos da educação escolar quilombola no estado do Espírito Santo, fazendo um breve mapeamento de seus territórios e, seus avanços e desafios contemporâneos. Repensar os currículos e as práticas pedagógicas por meio das pesquisas, podem contribuir para superação das desigualdades sócio raciais.

Ao analisarmos, todo processo histórico a Educação Escolar Quilombola, faz parte desse processo, e tem sido realizado pelos movimentos social negro e quilombola. No Brasil, assistimos uma ampla mobilização pelo reconhecimento de direitos protagonizado pelos povos quilombolas, entretanto os preconceitos, persistem e as desigualdades também. Mesmo fazendo parte da política nacional, ainda existem resistências das classes dominantes em relação a inclusão, e reconhecimento destes sujeitos principalmente na educação.

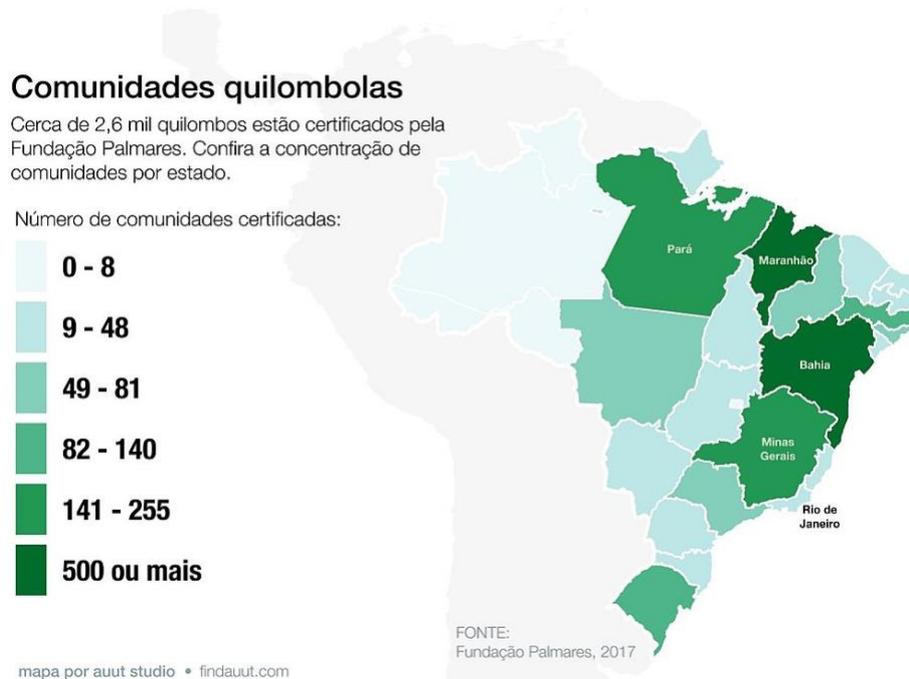
O direito a uma educação escolar que respeite e reconheça sua história, memória, tecnologias, territórios e conhecimentos têm sido uma das reivindicações históricas dessas comunidades e das organizações do movimento quilombola e, vem alcançando e conquistando espaços de direitos antes não reconhecidos, entretanto em passos curtos, mas, tem sim impactos positivos e de inclusão. A educação escolar quilombola faz parte do atual sistema nacional de educação, entretanto, as questões quilombolas ainda ocorrem em um ambiente conflituoso, sendo necessário um debate constante para o reconhecimento e cumprimento desta modalidade de educação. A educação escolar quilombola abrange atualmente vários estados, no Espírito Santo, existem em torno de 40 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares.

Figura 1: Escolas quilombolas em atividade no Brasil



Fonte: INEP (2014).

Figura 2: Comunidades Quilombolas no Brasil



Fonte: Fundação Cultural Palmares (2017).

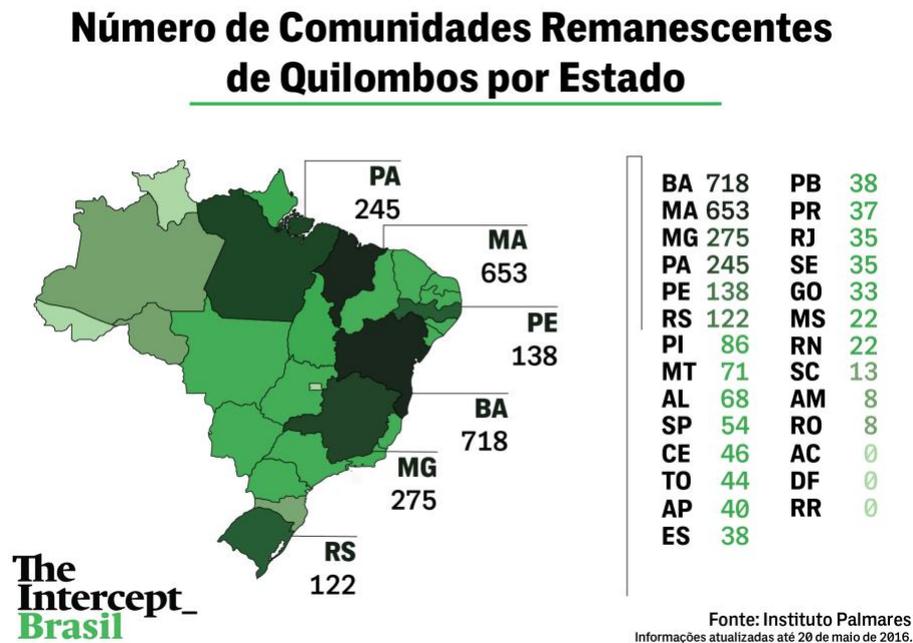
O Programa Brasil Quilombola trata de políticas para as áreas remanescentes de quilombos. O Programa, lançado pelo Governo Federal em 2004, abrange um conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões

de recursos, bem como as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução. No bojo dessas ações, a política de regularização é atribuição do Incra. Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o INCRA é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária.

Para que o Incra inicie os trabalhos em determinada comunidade, ela deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares. A primeira parte dos trabalhos do Incra consiste na elaboração de um estudo da área destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Uma segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o Incra publica uma Portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola.

A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desocupação de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da Associação dos Moradores da área, registrado no Cartório de Imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.

Figura 3: Comunidades Remanescentes de Quilombos por Estado



Fonte: Fundação Cultural Palmares (2016).

SegundoSilva (2006), diferentes estudos têm mostrado que o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo teve como pilar a ação dos poderes públicos no agenciamento e produção de cenários favoráveis a exploração e apropriação de recursos naturais e detrimento de outras formas de gestão do espaço como, por exemplo, as comunidades tradicionais.

Da perspectiva da legislação, conforme consta na Resolução CNE/CEB N° 8, de 20 de novembro 2012, Escolas Quilombolas são aquelas localizadas em território quilombola. A Educação Escolar Quilombola compreende a educação praticada nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. O currículo da educação escolar quilombola, de acordo com esta mesma resolução, no art. 34, diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

O projeto político pedagógico das escolas quilombolas está pautado em orientações como: estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas; atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas; ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar; observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e locais, estas últimas definidas pelos sistemas de ensino e seus órgãos normativos. Ou seja, a construção do projeto político-pedagógico deverá se pautar na realização de diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, num processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território. Assim a prática pedagógica precisa envolver todo o território quilombola, tendo a escola uma grande relevância na formação de pensamento de crianças e jovens.

Segundo Nascimento (2009), repensar os currículos e as práticas pedagógicas, significa um avanço para diminuir as desigualdades sócio raciais. Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola deverá ser conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas. Para esta autora, falta maior comprometimento dos governos para que estes trabalhos ganhem a dimensão social necessária e possam garantir a formação dos educadores rurais e urbanos.

Na atualidade, as comunidades remanescentes dos antigos quilombos integram o patrimônio cultural brasileiro, cabendo ao Estado promover políticas públicas específicas voltadas a sua proteção e preservação. A educação escolar destinada aos povos quilombolas, constitui-se uma das dimensões que requerem atuação do estado brasileiro de modo a garantir fortalecimento e preservação desse patrimônio. Vale destacar que, conforme Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta, consideram-se quilombolas os grupos étnico-raciais, com trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, com ancestralidade negra relacionada à história de resistência e opressão sofrida.

Face ao exposto, compreendemos que a Educação Escolar Quilombola não pode ser pensada somente levando-se em conta os aspectos normativos, burocráticos e institucionais que acompanham a configuração das políticas educacionais, mas, igualmente seu aspecto sócio histórico, político cultural e territorial. Deve, sobretudo, considerar o direito educacional quilombola. Por ora, estas são algumas das reflexões apontadas por este estudo ainda em andamento.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas**. Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>>. Acesso em: 13set. 2018.

Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 03 de set. 2018.

Disponível em:

<<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Modelos/Paginas/NoticiaSemFoto.aspx?pagina=73>
<<http://sedu.es.gov.br/Contents/Item/Display/639>>. Acesso em: 28 de set. 2018.

Disponível em: <www.tvescola.org.br/tve/salto>. Acesso em: 26 mai. 2018.

Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/v/comunidade-quilombola-celebra-dia-da-consciencia-negra-em-cachoeiro-es/6301255/> Acesso em: 10 jun. 2018.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolares Quilombola na Educação Básica**. Ministério da educação, conselho nacional da educação e câmara de educação básica. RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

NASCIMENTO, Olindina Serafim. **Proposta de educação quilombola para as escolas das comunidades quilombolas do sape do Norte**, artigo, 2009.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de - Comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo – **Conflitos sociais, consciência etnia e patrimônio**. Mestre e doutor em Antropologia e professor adjunto em Antropologia na Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

SILVA, Sandro Jose Da. Quilombolas no Espírito Santo: **Identidade e territorialidade**, Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

